



Protocolado em:  
REQ - 6/2018 25/01/2018 16:43  
CLÁUDIA COMIN

**REQUERIMENTO nº REQ 6/2018**

PEDIDO DE INFORMAÇÕES AO PREFEITO (Art. 176, III)

**Solicita informações ao Poder Executivo Municipal ao que concerne a Secretaria Municipal da Saúde.**

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

O vereador que o presente subscreve, observada as normas regimentais, solicita ao Poder Executivo Municipal, as informações conforme os itens abaixo, ao que concerne a Secretaria Municipal da Saúde:

1) Quantos médicos servidores públicos estáveis ou em estágio probatório foram demitidos em dezembro de 2017 e janeiro de 2018 ? Elencar nome do servidor, matrícula, especialidade e carga horária em tabela própria.

2) Ao que concerne as demissões contidas no item 1 deste pedido, encaminhar a esta Casa Legislativa a cópia de todos processos administrativos disciplinares ou sindicâncias que ocasionaram as demissões.

3) Ao que se refere aos servidores públicos municipais que integraram as sindicâncias, objeto deste pedido de informações (item 1), elencar em tabela própria todos servidores, cargo ocupado e secretaria de lotação.

4) Solicitamos que acoste a este pedido, o parecer da Procuradoria Geral do Município sobre cada uma das demissões em folhas separadas, em separado das demais requisições deste pedido.

5) Conforme veiculado na imprensa local, a maioria dos servidores públicos exonerados tiveram liminares ou segurança em seus mandados concedidas, e a devida reintegração em seus cargos. Dentro desta ceara, qual a responsabilidade do Município em conduzir processos administrativos disciplinares com atos falhos, que seguidamente venham a onerar o Município com a reintegração dos servidores ? Sobre cada servidor que teve liminar concedida, solicitamos que seja elencado os servidores que conduziram o processo administrativo, bem como, o parecer da Procuradoria-Geral que trouxe guarida a demissão.

6) O Município dotado de legalidade, que aparentemente cumpriu com todos requisitos



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

---

legais, como explica estas reintegrações ao serviço público de profissionais por ele exonerado ? Houve arbitrariedade nos processos ? Houve descumprimento de normas legais que ensejaram estas demandas judiciais ?

7) Como o Município pretende suprir a falta destes profissionais demitidos em número de consultas e abrangência de atendimento as regiões (UBS) onde estes profissionais atuam ?

8) Como o Município pretende manter a proporcionalidade estabelecida pelo ONU de 1 médico para cada 3 mil habitantes ?

9) Como o Município irá comprovar ao Ministério da Saúde o recebimento de PAB (Programa de Atenção Básica) com a franca redução de médicos na rede pública, a manutenção deste programa estabelece contra partida clara do Município ?

10) Na programação pactuada com outros Municípios, no qual Caxias recebe teto orçamentário de outras cidades, qual o impacto que estas demissões representará em termos de redução de oferta de serviços?

Caxias do Sul, 24 de Janeiro de 2018; 143º anos de Colonização e 128º anos de Emancipação Política.

---

RAFAEL BUENO (Autor)

**Vereador - PDT**